

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE PICOENSE:

1850 – 1930

Maria Alveni Barros Vieira
Universidade Federal do Piauí
GT 13 – Memória, História e Educação

INTRODUÇÃO

De acordo com a história tradicional, a origem do município de Picos, assim como outras povoações piauienses, ocorreu a partir do criatório de gado vacum, inicialmente como uma fazenda plantada às margens do rio Guaribas pelo colonizador português que chegava no sertão do nordeste brasileiro, em terras distantes do litoral para estruturar uma sociedade onde o poder não estaria concentrado nas mãos dos senhores engenho mas ,nas mãos dos senhores criadores de gado.

Nessa comunidade, que então se iniciava, o ideal de homem revelava-se através da imagem do vaqueiro, do criador, do negociador de gado. Nunes (1973) observa que no Piauí do século XVIII e século XIX, existia uma sociedade onde mesmo “aqueles que não eram vaqueiros, desejavam ser. E todos eram, ou como profissão, ou como divertimento favorito, o esporte a que todos se consagram”(p.36). Mesmo no início do século XX, quando Picos ,segundo Franco(1977), possuía um comércio de movimentação relativa, a atividade pastoril continuava responsável pela economia do município .Os documentos analisados apontam para o fato de que no período de 1850 a 1930, predominava no município de Picos uma população formada por agropecuaristas e embora algumas pessoas exercessem outras atividades comerciais como, donos de lojas, quitandas, farmácias e cargos públicos,estes também atuavam na área agropastoril, mesmo que de forma secundária.

Era como uma sociedade de vaqueiros e agricultores que Picos permaneceria durante as primeiras décadas do século XX, ou seja, um município que, embora tendo como sede uma cidade criada pelas exigências da República, manteve, no arrastar dos anos, suas feições de comunidade rural.

TERRA DE VAQUEIROS, ESCOLAS DE LER E ESCREVER

No início da sua existência como aglomerado humano, quando Picos era constituída, basicamente, por uma população de vaqueiros, è possível supor que, a atividade de ensino formal não era considerada essencial para a sobrevivência numa comunidade pequena, onde os conhecimentos e comportamentos a serem introjetados por homens e mulheres eram aprendidos no dia-a-dia, na labuta cotidiana, nos momentos de trabalho e lazer. Castello Branco(1942) observa que nessa sociedade de vaqueiros a criança aprendia desde cedo as atividades do pastoreio:

Laça bezerros, auxilia na marcação, ajuda a domar garrotes e potros bravos ou a pegar o lote de cavallos da sela solto no “cercado” amplíssimo ou no baixão. Frequentemente levanta de madrugada para ordenhar vacas.(p4)

A participação de jovens e crianças nas atividades de pastoreio e noutras atividades peculiares à rotina das fazendas e povoados do território piauiense , revela que o cotidiano infante-juvenil era determinado, como esclarece Mauad(2000), a partir da rotina do mundo adulto. Nesse contexto, em que o conhecimento escolar não era uma prática estabelecida e tão pouco considerada necessária, a criança e o jovem picoense tem na família, o lócus privilegiado da sua educação.

No período que vai da fase colonial até meados da década de 1800, verifica-se que sempre existiram tentativas de implantação de atividades de ensino formal no Piauí, entretanto essas iniciativas restringiam-se aos principais centros populacionais da época. Alguns historiadores piauienses como Castello Branco(1942), concordam que nesse ambiente, predominantemente rural, era quase impossível surgirem escolas, não apenas por conta do suposto desinteresse das famílias pelas atividades educacionais formais então existentes em algumas localidades e que nada tinham a ver com a realidade de uma população de vaqueiros e agricultores¹ mas, também, como esclarece Ferro (1996), por situações sociais e locais próprias da Província como o distanciamento entre os núcleos populacionais e a baixa densidade demográfica. Além dessas circunstâncias citadas por Ferro (op.cit.), autores como Nunes(1972) e Camillo Filho(1986) atribuem como uma das causas do atraso da instrução no Piauí, a atuação dos Jesuítas² que nessa província, viveram mais como administradores de fazendas de gado do que propriamente como educadores.

A primeira notícia que, até então, se tem a respeito da educação formal em Picos, vem através de um documento do início do ano de 1851 , no qual o professor público de primeiras letras da Povoação dos Picos solicita um mês de licença para fazer sua mudança de Jaicós para Picos onde iria exercer o magistério.Outro documento importante que revela a existência de atividades de ensino formal na Povoação dos Picos em meados do século XIX é o mapa das cadeiras de instrução primária e secundária da Província do Piauí em 1854³ que registra a existência, em Picos, de uma cadeira pública de primeiras letras com dezessete alunos do sexo masculino. O mapa revela que a instrução pública encontrava-se, naquele momento, voltada exclusivamente para a clientela masculina considerando que a cadeira de primeiras letras do sexo feminino só foi criada em 1867 quando a Freguesia dos Picos já tinha sido elevada à categoria de vila.

1. De acordo com Castello Branco (1942), em 1822, quando o Piauí contava com apenas três escolas primárias, o governo imperial pretendeu ampliar a rede de ensino na província a partir da instalação, para uma população de maioria analfabeta, de três aulas de gramática latina, uma cadeira de filosofia racional, uma cadeira de geometria plana e uma cadeira de trigonometria plana.

2. Maiores informações sobre os Jesuítas no Piauí no livro História da Educação no Piauí de Itamar de Sousa Brito (1996).

3. O mapa das cadeiras de instrução primária e secundária da Província do Piauí encontra-se registrado no livro Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí de José Martins Pereira de Alencastre (1981).

Documentos oficiais da inspetoria paroquial da Vila dos Picos, da diretoria geral da instrução pública do Piauí e da presidência da província das últimas décadas do século XIX, revelam que a trajetória dos professores que ocuparam o cargo de regentes das cadeiras de primeiras letras tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino na Vila dos Picos, transcorreu em meio a denúncias e agressões morais e profissionais feitas às figuras dos mestres. No caso dos professores da cadeira pública para o sexo masculino, os pedidos de exoneração do cargo, tinham sempre como argumento a falta de habilitação e compromisso do professor para com o exercício do magistério, já, no que diz respeito as demissões das professoras das cadeiras públicas de primeiras letras do sexo feminino, às acusações de falta de habilidades para o exercício do magistério eram acrescidos os questionamentos acerca do seu comportamento moral.

O exercício do magistério na Vila dos Picos, a exemplo de outras localidades brasileiras, era fiscalizado pela figura do inspetor cuja nomeação, feita pelo Presidente da Província, denuncia o movimento centralizador característico da política de então. Villela (2000) explica que o cargo de inspetoria fazia parte “da sofisticação dos mecanismos de controle e vigilância sobre o professor (...) e o seu caráter não remunerado (...) evidenciava a intenção de cooptar esses indivíduos como forma de garantir sua adesão ao acenar com possíveis benesses no futuro.” (p.124-125)⁴. Assim, tanto as denúncias como os pedidos de exoneração faziam parte do trabalho de inspetoria em cima das atividades dos professores, trabalho esse que estava diretamente vinculado ao sistema da política partidária provincial, uma vez que o inspetor representava, em nível local, a ideologia e a política do grupo dirigente que estava no poder.

Sobre uma das principais reclamações feitas pelos inspetores, o comportamento moral inadequado das professoras, embora fosse um dos critérios estabelecidos por lei para ambos os sexos como condição necessária ao exercício do magistério, os indícios apontam para o fato de que na prática esse aspecto era cobrado com maior frequência às profissionais do sexo feminino. Acredita-se que esse tipo de vigilância feita as professoras fosse consequência da mentalidade da época que restringia a vida das mulheres às tarefas de reprodução próprias do reduto doméstico, apesar de algumas delas, como revelam estudos feitos por Castelo Branco (1996), já estarem há algum tempo ocupando vagas na rede pública piauiense do ensino primário, tanto na capital como nas cidades do interior, onde ensinavam as primeiras letras e trabalhos manuais às alunas.

Analisando os pedidos de exoneração ou de transferência dos professores, percebe-se que em muitos casos a questão moral parecia ser mais importante do que a questão habilitação para o exercício do magistério. Villela (2000) afirma que essa preocupação, então existente com a conduta do professor, sugere que o mesmo tinha que desempenhar mais a função de agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que de difusor de conhecimentos. É ne

4. O Inspetor Paroquial de Picos, Firmino de Sousa Martins, viria a ocupar, em 1889, o cargo de vice-presidente da província.

sse sentido que os professores da Vila dos Picos seriam sempre bem vigiados pelo sistema provincial: como uma forma de garantir que a reprodução dos valores e da moral, inscritos nas estruturas hierárquicas da sociedade picoense, ocorressem sem distorções.

Outra característica marcante nas atividades de ensino formal em Picos nos meados do século XIX, eram as vacâncias constantes nas cadeiras de primeiras letras que, assim como noutros núcleos populacionais do Piauí ocorriam, na opinião de Nunes (1975), como consequência dos baixos vencimentos que eram oferecidos ao professor e que afastavam as pessoas habilitadas para o cargo, geralmente de famílias abastadas, criando assim, oportunidade para a contratação de pessoas que não possuíam nenhuma habilitação para o exercício do magistério bastando ter apenas, alguns conhecimentos elementares de leitura e saber fazer contas para ocupar o cargo. Entretanto, mesmo os professores leigos, ao encontrarem outra forma mais substancial de garantir seu sustento e o da família, acabavam por abandonar o cargo e quando neste permaneciam, arranjavam um meio de associar o magistério a outras atividades paralelas. Faria Filho (2000), ao fazer uma análise da instrução elementar no Brasil do século XIX, confirma que os professores misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais fazendo com que as escolas, em parte, não funcionassem literalmente. Pode-se afirmar que o esvaziamento das salas de aula provocado pela ausência do professor era também estimulado, pelo descaso dos poderes da província com a instrução pública cujas aulas funcionavam sem nenhum aparelhamento, geralmente em casas alugadas ou na residência do professor que recebia um pagamento irrisório pelo desempenho de suas funções no magistério público.

Nessa via de mão dupla, onde o governo provincial trata mal a educação e o professor, por sua vez, desempenha de forma insatisfatória as funções que o seu cargo exige, criando um ambiente de acusações, desconfianças e abandono do magistério, ganha destaque a figura do mestre-escola que em tempos de descompromisso do governo para com a instrução pública nas vilas e povoados do Piauí, transforma-se, como afirma Sampaio (1996), em verdadeiras preciosidades. Em Picos o ensino particular, de acordo com os documentos analisados, se existisse na sede do município era privilégio do sexo masculino. Segundo as afirmações do Inspetor Paroquial de Picos (1869) naquela vila, em fins meados de oitocentos, não existia aula particular alguma para as moças e meninas, e que estas se encontravam no século das luzes sem saberem ler uma carta, salvo raríssimas exceções. Registra-se, entretanto, a existência dos mestres ambulantes que trabalhavam temporariamente nas fazendas e povoados ensinando meninos e meninas a lerem e escreverem.

Talvez, por ter se deparado com uma realidade educacional pouco satisfatória nas vilas e povoados do Piauí, é que o Presidente da Província, em relatório dirigido em 1889 ao Diretor Geral da Instrução Pública, tenha afirmado que “ as escolas da Província, com exceção das da Capital, são verdadeiros albergues”. (apud, Brito, 1996, p.38). Embora essa afirmação insinue que as autoridades competentes reconheciam a precariedade da instrução pública na província, estas apontam, segundo Brito (op.cit), como aspectos provocadores dessa situação o desinteresse dos pais pela instrução dos seus filhos, o despreparo dos professores e a insuficiência dos recursos financeiros excluindo, de certa forma, suas responsabilidades pela situação de abandono em que se encontrava a instrução pública piauiense em fins do século

XIX e que iria conservar uma estrutura similar e as mesmas deficiências nas primeiras décadas do século XX.

EDUCAÇÃO PICOENSE NO PERÍODO REPUBLICANO :RELÍQUIAS DO IMPÉRIO

Documentos, ainda em análise, indicam que a cidade de Picos, título obtido em 1890, manteve, no arrastar das primeiras décadas da República, suas feições de comunidade rural onde ainda era realizada como principais atividades econômicas pela sua população o trabalho da roça, em escala mirim e dentro do mais evidente empirismo e o trato dos animais. Nesse contexto, as atividades de educação formal também mantinham-se similar ao que existia no período imperial: duas escolas primárias, uma para cada sexo, localizadas na sede do município e funcionando em espaços improvisados, ficando os povoados e fazendas sob os cuidados do mestre-escola.

Algumas mudanças na estrutura de ensino da cidade só ocorreram no início dos novecentos. O documento de autoria do Conselho Municipal da Cidade de Picos que orça e fixa as receitas e despesas do município para o ano de 1900 cria uma vaga para professor público subsidiada pelos cofres do município e expande as aulas públicas, até então privilégio da sede municipal, para uma de suas povoações. Essa nova atribuição do município em relação a educação primária⁵ foi confirmada no ano seguinte através do Código de Postura da Cidade, elaborado em 1901 pelo presidente do conselho municipal, que estabelecia , entre outras determinações que o Conselho Municipal “enquanto permitirem sua forças pecuniarias, mantera a instrução primaria no Município, a qual tem por fim administração gratuitamente a Mocidade de ambos os sexos, educação regular.” (p.10)

Embora tenha ocorrido, nas primeiras décadas da República, a expansão da escola pública no Piauí, não é possível afirmar que a estrutura de ensino atendia as necessidades do Estado. Na realidade, estudiosos que vivenciaram o período, a exemplo de Baptista(1920), consideram insuficiente a estrutura escolar vigente para uma população que chegava na década de vinte com , aproximadamente, quatrocentos mil habitantes:

As escolas públicas fundadas, porém, foram logo julgadas insuficientes e o estado primitivo reapareceu e ainda hoje permanece. Dois factores principais concorrem poderosamente para a decadência da nossa instrução pública: a insuficiência absoluta de escolas públicas em todo o Estado, mesmo na capital, onde mais se tem feito no assumpto e a exígua remuneração dos empregados no magistério que, sendo irrisória, pouco falta para não existir! (p.84)

5. Azevedo (1996) explica que, quando passou a vigorar no país o princípio federativo, foi ampliado o regime de descentralização do ensino, já estabelecido anteriormente pelo Ato Adicional de 1834 que transferiu a educação fundamental da esfera nacional para os planos locais.

O autor revela, ainda, que em 1918, o Estado contava com apenas 73 escolas públicas, 14 localizadas na capital e 59 distribuídas por 38 municípios, e que o governo tinha como regra a instalação em cada cidade de uma escola primária para cada sexo, enquanto nas vilas e povoados teriam apenas uma escola mista. Como o Piauí, nesse período contava com 17 cidades e 22 vilas, fica a hipótese de que na prática muitas localidades eram desprovidas de escolas públicas.

Segundo documento elaborado em 1923 para a comemoração do centenário de independência do Piauí e reeditado na Revista Piauiense dos Municípios(1955), a instrução primária no município de Picos era realizada, na década de vinte, em quatro escolas estaduais, sendo duas localizadas na sede do município(uma para cada sexo) e duas escolas mistas nos povoados Genipapo e Riachão⁶, e uma escola particular mista, na cidade, com frequência regular.

O referido documento revela que, com uma população total de 22.273 habitantes, destes, aproximadamente, 2000 pessoas moravam na zona urbana e suburbana da cidade onde ficavam localizadas o maior número de escolas do município e mesmo ali a quantidade de estabelecimentos de ensino, públicos e particular, eram insuficientes para atender uma provável demanda pela educação escolar. Além do pequeno número de escolas, outros fatores são apontados como provocadores do atraso da instrução no município de Picos no início do século XX:

Infelizmente, em matéria de instrução, o atraso é demasiadíssimo contristado. Não queremos entrar na apreciação das causas determinantes desta grande infelicidade social, por isso que elas são do domínio de todos: opinando uns que a principal dentre elas é a parca remuneração dos professores primários; enquanto que outros levam à conta de uns tantos costumes.(p.99).

Os problemas da instrução em Picos não estava restrito à pequena quantidade de escolas existentes e aos baixos salários dos professores. De acordo com o depoimento de algumas pessoas que vivenciaram ou que possuem conhecimentos sobre a época em questão, a qualidade do ensino trabalhado deixava muito a desejar. Em entrevista realizada com Maria Gomes de Matos Nunes (2001), conhecida como Dona Santa, relata que quando veio à Picos pela primeira vez, por volta do ano de 1918, ainda criança acompanhando o pai que foi aquela cidade montar uma farmácia, ficou sem estudar pois o ensino ministrado nas escolas da cidade eram atrasados, se comparados aqueles que ela havia frequentado na sua terra natal, a cidade do Crato no Ceará:

6. Embora não apareça nenhuma referência às escolas subsidiadas pelo município, como o estabelecido no orçamento de 1900, acredita-se, porém que como via de regra o governo estadual, implantava uma escola primária para cada sexo nas sedes dos municípios seja vila ou cidade, as escolas existentes nas povoações eram patrocinadas pelo poder municipal que também contratava professores por temporadas, a exemplo dos mestres-escolas, para ministrarem aulas nas localidades mais afastadas dos principais núcleos populacionais do município.

...nós sempre tivemos a vida muito cheia, minha mãe queria assim. Lá no Crato, a gente estudava, ia para a aula de manhã, ficava até as onze horas. Quando era duas da tarde a gente ia para a aula de bordado, as cinco horas o professor de música chegava lá em casa. Então quando eu cheguei aqui já sabia cantar, declamava, recitava.....Depois , quando eu cheguei aqui em Picos, o dia eu passava só bordando. Até que tinha na cidade uma escolinha particular, a dona da escola era Dona Mudestina, filha de Dr.Helvídio, mas ela não era formada e mesmo assim tinha uma escola particular para meninos e meninas.(p.2-3)

De acordo com o Sr. Manoel da Silva Albano (2002),era comum na cidade de Picos, pessoas sem nenhuma instrução escolar, desempenharem as mais diversas funções no município fosse no magistério ou em outra profissão qualquer:

Eu conheci um Tenente Plácido que não sabia assinar o nome, tinha uma mulher pra assinar por ele. Naquela época, a polícia ganhava uma fita [patente] por meio de bravura e não por conta de estudos. Tinha advogado que não tinha o ginásio. Quando aprendia a ler e escrever, a fazer algumas contas, pronto, virava autoridade! Ora tinha autoridade que não sabia nem assinar o nome. Os delegados daqui iam fichar gente tinha que chamar uma mulher pra assinar por ele. Ocupavam os cargos porque tinha gente rica na família, por isso, nesse tempo, quem tinha recursos não queria que os filhos estudassem, porque já eram ricos.(p.1)

Devido a escassez de escolas públicas em todo o município, as famílias que consideravam importante para a formação dos filhos conhecimentos básicos como ler, escrever e contar, viam como solução para suprir a escassez de escolas públicas no município a contratação de professores particulares para ministrarem aulas em suas residências no período que melhor conviesse a rotina de trabalhos da família. Assim a maioria dos mestres-escolas eram contratados entre os meses de setembro, outubro e novembro, período considerado de “seca” pelo sertanejo piauiense, quando as tarefas do campo ficam restritas ao “bater a terra” e ficar esperando a chuva para poder prepará-la para o plantio. Nesse período, conseqüentemente, diminuía as atividades tanto no campo como em casa. Mesmo assim as crianças e jovens que participavam das aulas , tinham que fazer o reversamento entre as tarefas escolares e as tarefas cotidianas peculiares a rotina de uma comunidade rural como é possível constatar através do relato feito por Antônio Leopoldino Dantas, em entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2002:

Nas aulas , além de nós, vinham pessoas de outras famílias amigas. Aqui a maioria do povo não tinha muito interesse pela escola, mas vinham. O professor ficava hospedado na casa do meu pai, dormia e fazia as refeições lá pois as aulas funcionavam de Segunda a Sexta –feira nos dois turnos. A rotina das aulas começavam cedo. Nos dias de aula a gente tomava um cafezão, a fartura maior era leite e a isca variava: beiju, bolo de goma,cuscuz(...). Bem a gente tomava o café e ia para a aula geralmente entre sete e oito horas da manhã e ia até as onze horas, quando depois de

tomar banho ia almoçar. A tarde tinha outro expediente de uma as quatro horas da tarde. Papai preferiu um expediente mais curto, porque aí dava tempo de ver as coisas, o conserto das cercas, o destocamento e encoivramento das terras. A gente não ia trabalhar, pegar no pesado, mas ia observar os homens trabalhando, eu e outro irmão, que era os mais velhos, tinha aquela responsabilidade. (p7-8)

O relato de Maria das Neves de Sousa Moura(2002),confirma a existência do revezamento mesmo entre as mulheres:

Enquanto meus irmãos iam pra roça, a gente trabalhava em casa. Mamãe estabelecia assim: uma vai buscar água, outra vai arear os copos, outra vai varrer a casa. Depois das refeições uma tomava conta dos pratos, outra das panelas. Naquele tempo não tinha pia, lavava-se as louças de cócoras, próximo a um algar de barro, uma espécie de gamela cheia de água que ficava no chão da cozinha no pé da parede que tinha um pequeno buraco por onde a água escorria. Todos esses serviços a gente aprendia desde pequena quando começava ajudar em casa, com serviços mais leves. Do mesmo jeito acontecia com os meninos, o serviço pesado da roça era dos mais velhos, os pequenos faziam algumas coisinhas. Mesmo no período de aula, sempre na época da seca, a gente se revezava entre as aulas e os trabalhos em casa. O professor era um homem já de idade. Mamãe pagava uma mincharia e ele passou três meses morando com a gente. Eu aprendi a ler não sei nem como, porque lá em casa era assim: enquanto uns ia estudar, outros ia botar água e limpar a casa e arear os copos. Depois os que estavam trabalhando iam fazer a lição com o professor e os outros iam trabalhar.(p.3) .

O depoimento dessas pessoas que viveram nas primeiras décadas do período republicano e que tiveram suas experiências registradas a partir dos seus relatos de memória evidenciam que, a escassez do ensino público fazia com que algumas famílias buscassem no mestre-escola uma forma de suprir a ausência da escola pública, promovendo, assim, a existência da educação formal em fazendas e povoados da região, embora esta fosse exercida de maneira extra-oficial e ministrada por pessoas de confiança da comunidade que a exemplo da maioria dos professores públicos, nem sempre possuíam habilitações necessárias para o exercício do magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela educação escolarizada, não se constituía numa preocupação da maioria dos picoenses. Os altos índices de analfabetismo⁷ do município não podem ser considerados como consequência apenas do notório descaso político para com a educação no Estado.

7. De acordo com o censo realizado em 1950, o município de Picos contava com 55 unidades escolares estaduais e municipais de ensino primário fundamental comum e um ginásio. Mesmo com essa expansão quantitativa das instituições de ensino, 73,91% da população acima de dez anos de idade, não sabiam ler e escrever. Outro dado, ainda no mesmo censo, revela que entre a população de 7 a 14 anos de idade (12.571 habitantes), apenas 1.255, ou seja, 9,98% dos jovens e crianças residentes no município encontravam-se matriculada no ensino primário fundamental comum.

Acredita-se que o próprio desinteresse das famílias pela escola, também tenha contribuído para o aparente atraso no desenvolvimento da instrução pública no município.

Esta análise é reforçada pelas colocações de Xavier(1994) quando a autora observa que em regiões como o Norte e Nordeste, a instrução não era percebida como uma necessidade para a sobrevivência numa comunidade constituída, basicamente, por Camponeses que em sua maioria eram “submetidos aos chamados coronéis, senhores das terras e do poder local. Nessas regiões o crescimento do sistema escolar foi ínfimo e as estatísticas acusavam índices assustadores de analfabetismo”. (p.105)

Os estudos indicam que, com uma estrutura de ensino público precária e raras escolas particulares que na sua maioria funcionavam sem as devidas prescrições legais, escolas onde os conhecimentos a serem repassados encontravam-se desvinculados dos interesses de uma sociedade de vaqueiros e agricultores, ainda iria demorar um longo tempo até que as famílias do município de Picos retirassem a enxada, o machado e os arreios das mãos dos seus filhos e os encaminhasse a escola.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. 2. Ed. Teresina : COMEPI, 1981.

AZEVEDO, Fernando. Cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BAPTISTA, Benjamin de Moura. Teresina , 1920.

BRITO, Itamar Sousa. História da educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.

CAMILLO FILHO, José. Pequena história do Piauí. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1986.

CASTELLO BRANCO, R. P. A civilização do couro. Teresina: D.E.I.P., 1942

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na primeira república. Teresina : Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CORDÃO, J. P. de Lima. Assim foi o nordeste. 2. ed. Teresina(PI):EDUFPI, 1998.

DANTAS, Antônio Leopoldino. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em fevereiro de 2002. Transcrição, p.7-8.

et.al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: Eliana Maria Texeira. Et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Educação e sociedade no Piauí republicano. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FRANCO, José Patrício. O município no Piauí – 1761 a 1961. Teresina, 1977.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In:PRIORE, Mary Del. (org.). História das crianças no Brasil. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MOURA, Maria das Neves de Sousa. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em abril de 2002. Transcrição, p.3

NUNES, Maria Gomes de Matos. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em dezembro de 2001. Transcrição, p.2-3.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova. Vol. IV. 1975.

_____.O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento.Teresina, 1973.

PICOS. Conselho Municipal. Orçamento da receita e despesa do município, 1900.

PICOS. Presidência do Conselho Municipal. Código de Postura, 1901.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Edição especial dedicada ao centenário de Picos. Teresina: Empresa Publicitária Piauiense. N. 6. Julho/Dezembro, 1955.

SAMPAIO, A. Velhas escolas – grandes mestres. Teresina: COMEPI, 1996.

SILVA, Manoel Albano da. Entrevista concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em abril de 2002. Transcrição, p.1.

VILLELA, Heloísa de O.S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Maria Teixeira .

XAVIER, Maria Elizabete. A sociedade agroexportadora e a constituição do ensino de elite (1549 – 1920). In: XAVIER, Maria Elizabete. et al. História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: F.T.D., 1994.